



Plenário 7

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Seguridade Social e Família

BOLETIM INFORMATIVO Nº 32

20 DE NOVEMBRO DE 2019

REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA



O colegiado da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) se encontrou na última terça-feira (12) em reunião deliberativa extraordinária. Foram analisadas 10 propostas. “Mesmo em uma semana atípica no Planalto devido ao feriado da proclamação da República e à reunião dos BRICS, a Comissão conseguiu se reunir em três momentos diferentes para deliberar matérias e discutir temas importantes para a sociedade brasileira”, disse o presidente da CSSF, Antonio Brito (PSD-BA).

O substitutivo do Senado ao PL 2531/2011, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e relatoria do deputado Darcísio Perondi (MDB-RS) foi aprovado na CSSF. A matéria modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente obrigando que estabelecimentos de saúde da rede pública e privada notifiquem os casos de atendimentos que envolvam acidentes de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos.

O PL 5899/2009 também foi aprovado. A autoria foi da então senadora Kátia Abreu (DEM-TO), com relatoria da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) na CSSF. A proposta trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do SUS e assegurar o

oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

O PL 8251/2017 que substitui a expressão ‘serviço social’ por ‘assistência social’ no Estatuto da Criança e do Adolescente, foi aprovado por unanimidade na CSSF. A autora é a deputada Maria do Rosário (PT-RS) com relatoria do deputado Assis Carvalho (PT-PI). “O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional. Quem a exerce é denominado Assistente Social”, explicou o parlamentar.

O PL 275/2019, aprovado com substitutivo, acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei 667/1969 para tornar obrigatória a realização de exames psicológicos para ingresso e permanência nos quadros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiro Militar, bem como nos cursos de reciclagem. A autoria é do parlamentar Rubens Otoni (PT-GO) e a relatoria da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC).

O substitutivo ao PL 912/2019 que pretende regulamentar a profissão de parteira tradicional foi aprovado. Ele, ao invés de exigir curso específico para as parteiras, estabelece mecanismos de reconhecimento e valorização da atividade das parteiras, geralmente transmitida de geração para geração. “Nos locais onde o atendimento à saúde é de difícil acesso, ou

até mesmo inexistente, torna-se imprescindível o trabalho das parteiras. É preciso ampliar a capacidade de intervenção e fortalecer e qualificar as práticas dessas mulheres”, defendeu Camilo Capiberibe (PSB-AP), autor da proposta. A relatoria foi do deputado Dr. Frederico (Patriota-MG).

AGENDA



19/11/2019

- **Audiência Pública**
Prevenção e combate à pedofilia e ao abuso sexual

🕒 10h

📍 Plenário 7

- **Reunião Deliberativa Extraordinária**

🕒 14h30

📍 Plenário 7

20/11/2019

- **Reunião Deliberativa Ordinária**

🕒 9h30

📍 Plenário 7

- **Audiência Pública**
Manifestações psicogênicas após vacinação HPV no Acre

🕒 16h30

📍 Plenário 7

21/11/2019

- **Seminário**
Situação atual do Sistema Único de Saúde (SUS)

🕒 10h

📍 Local a definir

ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PAUTA



Foto: Cláudio Araújo

Especialistas se reuniram para debater os dez anos da tipificação dos serviços de assistência social no Brasil (Resolução CNAS 109/2009). “Precisamos compreender quem executa a política de assistência social em cada unidade da federação. A política de assistência é a primeira a ser acionada sempre que há um problema social de emergência”, disse o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da Subcomissão de Assistência Social da CSSF.

O deputado Marx Beltrão (PSD-AL), vice-presidente da CSSF e relator setorial da Assistência Social no Orçamento 2020, participou dos debates. “Estamos afinados com a pauta, tenho discutido nos estados e estou disposto a garantir o serviço, tão essencial para os menos favorecidos”.

“De Norte à Sul do país oferecemos serviços de assistência social. Precisamos unir esforços e temos feito isso junto aos estados, todos estão comprometidos para o sistema não

entrar em colapso”, disse Mariana Neris, secretária Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania.

Andreia Lauande, presidente do CONGEMAS, disse que ainda existe um desafio para 2019: a quantia de mais de R\$ 2 milhões de dívidas do setor. “É importante discutirmos a Resolução do CNAS, mas, a política de assistência nunca vai se materializar se não houver orçamento. O que vemos hoje é o fechamento de CRAS e uma baixa nos atendimentos à população, apesar de todos os avanços dos últimos 10 anos!”

Maria Cristina da Conceição, representante do CNAS, disse que os serviços de assistência, sistematizados, são uma conquista do povo brasileiro e defendeu a importância do orçamento para continuidade dos trabalhos. Já Simone Albuquerque, especialista em gestão da assistência social, citou 5 pontos fundamentais no debate da tipificação e lembrou que é nesse momento de crise que a rede de assistência social precisa estar mais forte.

CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA X CASOS DE MICROCEFALIA



Foto: Cláudio Araújo

A relação entre a contaminação da água e o aumento do número de casos de microcefalia foi tema de debate requerido pelos deputados Dr. Leonardo (Solidariedade-MT) e Augusto Coutinho (Solidariedade - PE).

Renato Molica, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, explicou o que são cianobactérias. “São organismos microscópicos, com importante papel ecológico. Passam a ser um problema quando há excesso de nutrientes nos ecossistemas aquáticos resultantes da falta de saneamento básico. Elas proliferam enormemente gerando toxinas, uma delas potencializa o efeito da bactéria da microcefalia”.

“A saxitoxina - produzida também por cianobactérias - é apenas um dos vários fatores ambientais responsáveis pela exacerbação da síndrome congênita do Zica que observamos na epidemia de 2016. Existem outros fatores, inclusive alguns ainda desconhecidos”, explicou Flávio Lara, pesquisador da Fiocruz. “Quem vai dar resposta ao problema serão pesquisadores brasileiros. Nós é que vamos responder porque a região Nordeste foi a mais atingida pela Microcefalia.”

Thais Cavendish, coordenadora geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde falou da inquietação do setor público sobre os casos que surgiram no Nordeste. “Temos muita preocupação com um dos fatores que impactam a saúde humana, no caso, o consumo de água. Por isso existe um programa nacional associado ao SUS, visando a promoção da saúde. Diagnosticamos o abastecimento de água e de que maneira ele é feito, observando agora a quantidade de cianobactérias.”

ACONTECE
NA WEB



Veja as notícias da semana nas redes da comissão.



EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário
Rubens Carneiro Filho

Edição
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Mísael Varela

Redação
Manu Nunes

Diagramação
Jorge Ribeiro

[f @seguridade.CD](#)

[t @Cssf_seguridade](#)

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br